

CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA MEDIAR A AUTOAVALIAÇÃO DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE

CONSTRUCTION OF INSTRUMENTS TO MEDIATE SELF-EVALUATION OF THE INTERDISCIPLINARY POSTGRADUATE PROGRAM IN HEALTHCARE

Italoema Agnelo Alves Berté 

Secretaria Municipal de Saúde
Cascavel, PR, Brasil

italoema.berte@cascavel.pr.gov.br

Cláudia Silveira Viera 

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unioeste, Cascavel, PR, Brasil

claudia.viera@unioeste.br

Solange de Fátima Reis Conterno 

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unioeste, Cascavel, PR, Brasil

solangeconterno@gmail.com

Ana Tereza Bittencourt Guimarães 

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unioeste, Cascavel, PR, Brasil

ana.bittencourt@unioeste.br

Resumo. Estudo de desenvolvimento metodológico, objetiva apresentar o processo de construção de instrumentos para mediar o processo de autoavaliação de Programa de Pós-graduação *stricto sensu* interdisciplinar em saúde. Entende-se que a construção de instrumentos avaliativos ganha centralidade para mediar processos que visam elencar dados relevantes da realidade a ser analisada, sendo necessário o estabelecimento de referencial teórico. Nessa perspectiva o modelo adotado é o proposto por Donabedian, referência na proposição de estratégia de avaliação de política e programas na saúde. Construiu-se instrumentos para colaborar no processo de autoavaliação do Programa de Pós-graduação, compostos por domínios: perfil, estrutura, processo e resultados, destinados aos docentes; agentes universitários, mestrandos/doutorandos e aos egressos. A tarefa da construção de instrumentos avaliativos objetivos para mediar o processo de autoavaliação da pós-graduação é necessária e urgente para identificar potencialidade e fragilidades da formação ofertada.

Palavras-chave: Programas de Autoavaliação; Avaliação educacional; Pós-graduação.

Abstract. Methodological development study, it aims to present the process of building instruments to mediate the self-assessment process of a *stricto sensu* interdisciplinary postgraduate program in health. It is understood that the construction of evaluative instruments gains centrality to mediate processes that aim to list relevant data of the reality to be analyzed, being necessary the establishment of a theoretical reference. From this perspective, the model adopted is the one proposed by Donabedian, a reference in the proposition of a strategy for evaluating policies and programs in health. Instruments were built to collaborate in the process of self-assessment of the Postgraduate Program, composed of domains: profile, structure, process and results, intended for professors; university agents, master's/doctoral students and graduates. The task of building objective assessment instruments to mediate the postgraduate self-evaluation process is necessary and urgent to identify the strengths and weaknesses of the training offered.

Keywords: Self-evaluation program; Educational assessment; Postgraduate program.

INTRODUÇÃO

É consenso que o legado da pós-graduação *stricto sensu* é a formação de pesquisadores, reforçado pelo ideário da promoção e avanço da produção e progresso científico no país, intensificando a função social e clássica da Universidade, que: “[...] além de refletir os conhecimentos e as relações sociais, também possibilita transformar as formas de ver, compreender e produzir para além do presente, com visões futuras, projetando novas ações” (Morés, 2017, p. 142).

Apesar da história recente da institucionalização da pós-graduação no Brasil é possível registrar que, nos últimos anos, observa-se a sua expansão, expressa pelo aumento significativo do número de programas em diferentes regiões do país. O processo de expansão está articulado ao modelo de financiamento e avaliação implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que tem orientado tanto a organização do processo de formação como a produção intelectual de docentes e pós-graduandos (Alves & Oliveira, 2014).

Em decorrência da expansão e da organização de itinerários formativos, propostos pelas diferentes áreas de conhecimento, a Capes tem tomado como prioridade a discussão da avaliação da pós-graduação.

Cabe ressaltar, que a avaliação sistemática dos programas não é uma novidade, mas o elemento novo é a recomendação para agregar outros componentes ao processo.

Historicamente os indicadores de produtividade da pós-graduação no Brasil constituíram-se no foco do sistema de avaliação, expressos pelas exigências de cumprimento dos prazos de titulação e a produção intelectual por parte de professores e alunos (Maccari et al., 2009). Segundo Marengo (2015) a produção científica, embora não seja o único fator na avaliação de desempenho dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tem sido utilizada como medida apropriada sobre a habilidade para a pesquisa acadêmica com visibilidade internacional, com publicações de pesquisadores brasileiros.

Por meio do ofício da Capes, nº 2, de 7 de março de 2019, o qual propôs a atualização dos instrumentos do processo avaliativo de programas de pós-graduação *stricto sensu*, instituiu-se, no segundo semestre de 2018, dez grupos de trabalhos (GT) sendo eles: 1) Ficha de Avaliação; 2) Autoavaliação; 3) Qualis Periódicos; 4) Classificação de Livros; 5) Qualis Técnico Tecnológico; 6) Qualis Artístico Cultural e Classificação de Eventos; 7) Qualis Humanidades; 8) Internacionalização; 9) Inovação e Transferência de Conhecimento e 10) Impacto e Relevância Econômica e Social (Brasil, 2019a).

Em 4 de julho de 2018, por meio da portaria nº 148, a Capes instituiu a comissão que ficou responsável em implantar uma sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, como componente relevante para a avaliação de programas (Brasil, 2019a).

O grupo de trabalho apresentou como principal argumento para a implementação da autoavaliação a necessidade da ampliação do processo de avaliação dos programas, admitindo que desde a implantação da pós-graduação no Brasil há um olhar para o aspecto numérico, portanto, é necessário identificar as fragilidades dessa formação ofertada. Nesse sentido, propôs ampliar o foco e reconhece “[...] que é a autoavaliação, hoje muito utilizada nas experiências internacionais, que pode trazer mais subsídios para o desenvolvimento do Sistema com qualidade” (Brasil, 2019a, p. 11).

Dentre os novos elementos indicados pela Capes, o processo de autoavaliação é um dos itens que deverão compor a avaliação dos Programas. Autoavaliação, conforme afirma Leite (2018), pode ser compreendida como a sistematização de dados feita pela comunidade, com informações que lhe interessam, a partir de princípios éticos permeados por adaptações que podem ser provenientes de uma etapa de sensibilização, de acordo com valores e entraves de um processo autogerido. Ainda a autora argumenta, que princípios éticos que permitirão dar relevo à autoavaliação, são a veracidade, honestidade e a transparência.

A autoavaliação favorece a construção da identidade, heterogeneidade e envolvimento dos programas avaliados, para além dos padrões mínimos garantidos pela avaliação externa. Segundo a Capes (Brasil, 2019a, 11):

[...] a avaliação deve captar essa dimensão, que é essencialmente um processo e não só um produto. Assim, a autoavaliação, desenvolvida de forma sistemática e contínua, é a abordagem a ser enfatizada, pois assegura proximidade entre avaliador e avaliado e permite aprofundamentos de natureza qualitativa e contextualizada.

O documento da Capes definiu a autoavaliação como processo de “avaliar a si próprio”, podendo ser definida como avaliação interna ou avaliação institucional. Tem como principal objetivo o aspecto formativo e de aprendizagem. Deve ser planejada, sistematizada, desenvolvida e analisada por sujeitos envolvidos, tanto nas formulações, como nas ações a serem avaliadas. “[...] a autoavaliação possibilita uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão” (Brasil, 2019a, p. 3).

Com a reorientação do processo avaliativo dos programas de pós-graduação, a Capes ao invés de receber os resultados da autoavaliação realizada, deverá acompanhar como as autoavaliações estão sendo conduzidas pelos programas. Sendo assim, cada programa deverá traçar propostas de autoavaliação que sejam aptas a captar aspectos referentes a sua missão e seus objetivos, incluindo as questões relacionadas a sua inserção no contexto social/internacional e suas escolhas científicas específicas. Dessa forma, é possível detectar potencialidades, bem como, pontos fracos dos programas, estabelecer metas com clareza e divulgá-las para que todos, ou maior parte da comunidade acadêmica, se perceba representada (Brasil, 2019a).

Marques (2019) relata que a Capes, por meio das suas atribuições, anunciou que o modelo de avaliação dos programas de pós-graduação do Brasil passará por sua maior reformulação, comparada as duas últimas décadas. Sendo assim, os programas de mestrado e doutorado recomendados e reconhecidos, deixarão de ter uma nota única, definida da nota três a nota sete, e passarão a ter seus desempenhos classificados por

cinco aspectos, sendo eles: produção do conhecimento, ensino e aprendizagem, inserção regional e internacional, inovação, transferência do conhecimento e impacto na sociedade. As mudanças seguidas das orientações da Capes, valerão irão valer para o ciclo de avaliação do ano de 2021 e os resultados serão divulgados em 2025.

A despeito da visão positiva do processo de avaliação, concebido e implementado pela Capes ao longo da história da pós-graduação no Brasil, há análises, reflexões que indicam distorções/desfigurações do ideário avaliativo, anunciado teoricamente, como ferramenta para qualificar a expansão e o financiamento de programas de pós-graduação e o que tem sido experienciado como consequência desse processo. Alves e Oliveira (2014), bem como, Patrus e Dantas (2018) indicam que a ênfase no quantitativismo tem sido questionada pela comunidade científica, fundamentalmente aquela que compõe os programas de pós-graduação. A crítica assenta-se na ideia de pelo fato da quantidade de produção, publicações ser sido tornado como critério central para o acesso ao financiamento e recursos para o desenvolvimento de pesquisas, a qualificação dos cursos, a lógica da classificação de programas, o prestígio acadêmico, dentre outros, impacta o processo de formação e da qualidade da produção acadêmica.

Este certamente é um dos dilemas atuais da pós-graduação, cada vez mais preocupada com a produção intelectual e com os resultados, secundarizando o debate sobre a formação e qualidade da produção. Isto tem repercussão cada vez mais intensa na vida acadêmica de professores e alunos e, sobretudo, na gestão dos cursos/programas, que se dedicam permanentemente a atender às exigências da Capes em termos de avaliação, uma vez que a coleta de dados é anual e que a avaliação/classificação dos programas é trienal. Os efeitos negativos da avaliação são cada vez mais sentidos e discutidos em termos da qualidade da produção, do tempo para a formação e orientação dos estudantes, para a realização das pesquisas e para o foco da gestão dos programas de pós-graduação e pesquisa científica (Alves & Oliveira, 2014, p. 372).

Há que se problematizar em que medida os resultados produzidos com o processo de avaliação da pós-graduação têm apontado alternativas para superar as dificuldades, fragilidades, limites ou apenas estão reforçando o caráter somativo, classificatório da avaliação (Patrus & Dantas, 2018).

Leite et al. (2020) indicam que a emergência de uma nova agenda para proceder à avaliação da pós-graduação resultou da crítica e da referenciação dos interessados na autoavaliação, representando continuidade e aperfeiçoamento do processo, “[...] continuidade, pois, os procedimentos estão incluídos nos atuais. Aprimoramento porque, em resposta à comunidade acadêmica, a CAPES reconheceu a necessidade e o papel da autoavaliação, a ser planejada e implementada pelos programas” (p. 345).

A Capes demonstra que uma das finalidades da autoavaliação dos programas de pós-graduação seria verificar como é a formação de pós-graduandos e não apenas a produção do conhecimento. Com isso, fica evidenciado que a avaliação deve compreender o processo e não somente um produto. Deve também, ser desenvolvida de forma sistemática e contínua, pois permite aprofundamentos de natureza qualitativa e assegura proximidade entre o avaliador e o avaliado (Brasil, 2019a).

Tudo indica, que há um certo incentivo, da realização de um processo de avaliação dos programas de pós-graduação para além dos aspectos quantitativos da produção científica, no sentido de dimensionar a qualidade da formação ofertada, da inserção social das produções científicas, assim verificando a retribuição social dos programas de pós-graduação e dimensionando o papel da Universidade nas diferentes regiões do país. Outrossim, a autoavaliação, embora esteja sendo pleiteada e induzida pela Capes, não dispõe de instrumentos norteadores, os quais, por sua natureza devem ser construídos em face da realidade de cada programa de pós-graduação, os quais podem guiar diferentes programas ao delinear elementos inerentes a um processo de autoavaliação.

Nesse sentido, torna-se importante proceder uma avaliação mais contextual e qualitativa, não só como um requisito apontado pela Capes, mas como forma do programa acompanhar seus egressos e identificar as lacunas que precisam ser melhoradas para possibilitar o alcance do objetivo e missão do programa na formação do discente. Ao buscar averiguar os resultados do programa, para além da produção acadêmica será possível voltar o olhar ao processo de formação dos pós-graduandos, apreciando a organização curricular, a estrutura institucional, a inserção social, profissional e científica das pesquisas realizadas no programa.

Diante do exposto, o objetivo desse artigo é relatar o processo de construção de instrumentos que visam coletar informações, perspectivas e avaliação de docentes, agentes universitários, mestrandos, doutorandos e egressos acerca do desenvolvimento das atividades de um programa de pós-graduação *stricto*

sensu interdisciplinar da área de Biociências e Saúde. Para a construção dos instrumentos tomou-se como fundamento o modelo teórico proposto por Donabedian (1990, 2005), que se pauta a avaliação de serviços, programas ou políticas de saúde na análise da tríade: estrutura, processo e resultado. Este modelo constitui-se em um dos principais referenciais no tema avaliação, sendo bastante usado para entender a efetividade de novas estratégias ou modificações no do processo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de desenvolvimento metodológica, a qual buscou construir instrumentos que visam colaborar com o processo de autoavaliação no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Biociências e Saúde, permitindo identificar o perfil dos atores; o processo de formação; a estrutura física, de pessoal e financeira, bem como, os resultados do processo.

Pesquisas metodológicas são aquelas que abordam os modos de realizar ciência, ou seja, são propostas que buscam investigar métodos para obter e organizar dados, bem como, conduzir pesquisas com valor científico. Estudos metodológicos “[...] focam no desenvolvimento, da validação e na avaliação de ferramentas ou estratégias metodológicas” (Polit & Beck, 2019, p. 218).

A construção de instrumentos destinados aos docentes; aos agentes universitários envolvidos com as atividades do programa; mestrandos/doutorandos e aos egressos com o intuito de subsidiar a autoavaliação do Programa de Pós-graduação interdisciplinar em Biociências e Saúde, foco desse trabalho, expressa o esforço um Grupo de Trabalho de Autoavaliação, o qual tem se debruçado sobre o estudo e propostas metodológicas para subsidiar o processo de autoavaliação do referido Programa.

A construção de instrumentos considerou a sistemática de autoavaliação de Programa de Pós-graduação proposta pela Capes, expressa centralmente no Relatório do grupo de trabalho, divulgado em 2019 (Brasil, 2019c), além do documento da Câmara da área interdisciplinar, o qual explicita o diagnóstico da Pós-graduação na área interdisciplinar e aponta perspectivas futuras de desenvolvimento, dentre elas a adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos Programas de Pós-graduação (Brasil 2019c) e como modelo teórico-metodológico utilizou-se os Donabedian (1990; 2005).

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob o parecer n. 4.184.450, de 31 de julho de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da Necessidade de Avaliar à Construção de Instrumentos: a Autoavaliação da Pós-Graduação

Nos últimos 20 anos, a avaliação da Pós-Graduação tem alcançado progressos significativos, especialmente com elaboração de metodologias próprias de avaliação, visando a implantação de processos padronizados, estabelecidos com critérios e objetivos e amplamente divulgados à comunidade acadêmica. Nesse sentido, a Capes enfatiza a avaliação por pares, em que a comunidade científica tem sido chamada para participar do processo de controle e aprimoramento do sistema de pós-graduação (Santos et al., 2017; Vogel & Kobashi, 2015).

Avaliar é uma ação presente em diferentes momentos da vida cotidiana, em distintas esferas, seja pessoal ou institucional. Muitas vezes ocorre de forma não sistematizada ou intencional, pois. “A todo instante falamos de avaliação ou estamos sujeitos a processos avaliativos, mas não nos damos conta disso” (Baptista & Rezende, 2017, p. 286). Portanto, muitas vezes a espontaneidade, ou mesmo a subjetividade e a falta de informações não permitem identificar a razão da avaliação, o objetivo, a finalidade e consequentemente raramente toma-se uma posição frente aos elementos avaliados (Cohen & Franco, 2013).

Partindo do pressuposto de que qualquer processo avaliativo deve ser sistematizado amparando-se em dados objetivos que oportunizem a compreensão do que se avalia, entende-se que a construção de instrumentos ganha centralidade, considerando que, “Os dados necessitam ser coletados em conformidade com as exigências do objeto de estudo” (Luckesi, 2011, p. 295).

Champagne et al. (2011) chamam a atenção para o uso excessivo de mecanismos complexos de avaliação, se por um lado permitem realizar uma apreciação mais exata, por outro, pode dificultar a identificação exata do que se avalia. A construção de modelos avaliativos é etapa importante “[...] para que sejam feitas as perguntas certas, para que os efeitos sejam atribuídos a mecanismos específicos e, assim, a avaliação possa auxiliar a tomada de decisões” (p. 61).

Dentre os instrumentos de coleta de dados voltados ao processo avaliativo de programa, projetos, políticas ações destacam-se os questionários, roteiros e testes prévios (Cohen & Franco, 2013; Souza et al., 2005).

O pesquisador, deve realizar a escolha adequada do instrumento, de modo que garanta a qualidade de seus resultados, afirma Roach (2006). Para isso, é necessário conhecer os instrumentos detalhadamente antes de utilizá-los, com seus itens, domínios, formas de avaliação, mensuração. Para tanto, a qualidade da informação fornecida pelos instrumentos, dependerá relativamente de suas propriedades psicométricas.

Questionários são instrumentos que exercem grande influência sobre o cuidado, ou intervenções, assim como na formulação de programas de saúde e de políticas institucionais, pois são integrantes da prática clínica, como da avaliação em saúde e de pesquisas (Cano & Hobart, 2011). Dessa forma, Terwee et al. (2007) acreditam que para se desenvolver um novo instrumento de mensuração na íntegra, requer a mobilização de capacidades e de conhecimentos de diversas áreas. Quando um novo instrumento é realmente necessário ser desenvolvido, os pesquisadores e profissionais precisam seguir uma metodologia adequada, para que o novo instrumento seja confiável e satisfatório.

Para o processo de construção de instrumentos de uma forma geral, a literatura evidencia algumas etapas importantes de serem seguidas:

I-Estabelecimento da estrutura conceitual; II-definição dos objetivos do instrumento e da população envolvida; III-Construção dos itens e das escalas de resposta; IV-Seleção e organização dos itens; V-Estruturação do instrumento; VI-Validade de Conteúdo; e VII-Pré-teste (Coluci et al., 2015, p. 926).

Para serem considerados aptos para o uso, os instrumentos devem fornecer dados precisos e válidos para a avaliação interpretar a realidade investigada (Alexandre et al., 2013). O resultado do desempenho da utilização dos instrumentos, é em grande parte, consequência da sua confiabilidade e validade (Salmond, 2008). Confiabilidade para Martins (2006), é a equivalência de uma medida, refere-se principalmente à estabilidade, a equivalência, a consistência interna.

Uma das primeiras decisões para desenvolver um processo de avaliação de determinada situação é estabelecer um referencial teórico. Para Champagne et al. (2001, p. 61) ao tratarem sobre avaliação de programas de saúde “[...] é preciso começar por a definição e estabelecimento de dado modelo lógico, pois é raro que se disponha desde o início de um modelo explícito”.

O pesquisador/avaliador deve se amparar em um conjunto de ideias acerca do que seja intervenção, avaliação de políticas, projeto e programas, bem como, seus modelos e instrumentos. Segundo Cruz (2015) a depender das escolhas teóricas será explicitado “[...] a posição do avaliador como juiz, a afirmação de critérios universais de julgamento, reforçando uma visão de ciência como busca da realidade e verdade, não possibilitando o reconhecimento da diferença e a perspectiva dos atores envolvidos” (p. 290).

Nessa perspectiva, o modelo teórico adotado para a construção de instrumentos que guiarão o processo de autoavaliação é o proposto por Donabedian (1990; 2005), o qual foi produzido para avaliar serviços de saúde, mas que pode ser tomado como referência em outros processos avaliativos.

O Processo de Construção dos Instrumentos de Autoavaliação de um Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar em Saúde

A necessidade de construção de instrumentos partiu de demanda objetiva para realizar a autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, conforme recomendações da Capes. Nesse sentido seguiu-se uma sistemática, composta por etapas ilustradas na Figura 1.

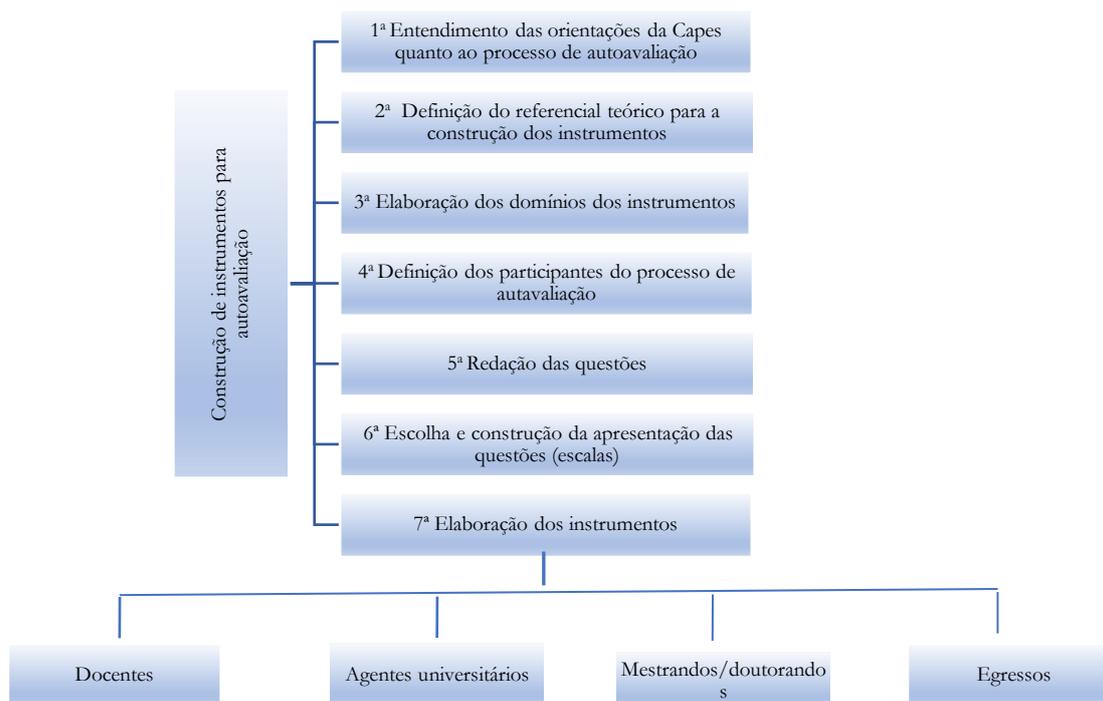


Figura 1. Etapas que orientaram a construção dos instrumentos de autoavaliação de um programa de pós-graduação interdisciplinar em saúde. Fonte: Elaborada pelas autoras.

A primeira tarefa, para a construção dos instrumentos foi o entendimento das orientações da Capes quanto ao processo de autoavaliação, sendo que, nesse momento foi realizado o estudo dos documentos oficiais que apresentaram a sistemática de autoavaliação de programa de pós-graduação, expressa centralmente no Relatório do grupo de trabalho, divulgado em 2019 (Brasil, 2019d). Além do documento da Câmara da área interdisciplinar, o qual explicita o diagnóstico da Pós-graduação na área interdisciplinar e aponta perspectivas futuras de desenvolvimento, dentre elas, a adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos Programas de pós-graduação (Brasil, 2019b).

Conforme o documento da Capes, na proposta de aprimoramento do modelo de avaliação, a autoavaliação, quando bem estruturada: “[...] promove processos de autoconhecimento, criando uma cultura avaliativa e permitindo um olhar qualitativo e holístico do programa que contempla processos de formação e de outras dinâmicas inerentes à pós-graduação brasileira” (Brasil, 2018, p. 19).

Após a sistematização das recomendações da Capes partiu-se para a definição do referencial para a construção dos instrumentos, considerou os modelos teórico-metodológico já propostos para avaliação de projetos, programas e políticas de saúde. Segundo Polit e Becker (2019), a pesquisa e a avaliação de serviços de saúde é um campo vasto e interdisciplinar que tem produzido estudos sobre estruturas, processos organizacionais e resultados de políticas e programas.

Nesse sentido, buscou-se elencar um referencial que orientasse para uma avaliação mais ampla, que abarcasse fatores determinantes do processo a ser avaliado, que não toma por referência avaliativa apenas atitudes individuais/subjetivas dos atores envolvidos. Considerando esse pressuposto, o modelo teórico-metodológico adotado como orientador do processo de autoavaliação foi o de Donabedian (1990; 2005).

Avedis Donabedian (1919 - 2000), médico e pesquisador de origem libanesa, radicado nos Estados Unidos é considerado o pioneiro e referência importante na área da avaliação de políticas e programas de saúde, sendo que iniciou suas produções teóricas sobre o tema a partir da segunda metade da década de 1960 (D’Innocenzo et al., 2006). Produziu um modelo que promove a avaliação da qualidade do atendimento em saúde e permite realizar análise de aspectos ligados a três componentes, sendo: estrutura, processo e resultados (Donabedian, 1990).

Conforme descreve Raleigh e Foot (2010), a abordagem desenvolvida por Donabedian, nos três componentes (estrutura, processo e resultados) sustenta haver uma influência dos indicadores estruturais sobre o indicador processo e que consequentemente afetam os indicadores resultados. E nessa perspectiva, a articulação destes indicadores, formam a base do que é necessário para um conjunto eficaz de medidas.

Considera-se que a análise da tríade estrutura, processo e resultado são elementos essenciais em qualquer serviço, programa ou política implementada, assim, com base no que o autor aponta como elementos dessa tríade, adaptou-se o referido modelo para a construção de instrumentos de avaliação do programa de pós-graduação.

A partir do estudo do referencial de Donabedian, partiu-se para a elaboração dos domínios que serviram como base estruturante na elaboração dos instrumentos. Os domínios revelam as dimensões e a estrutura interna de um instrumento, “[...] dando, portanto, as balizas e os limites que ele possui” (Pasquali, 1998, p. 209).

As dimensões, que serviram como elementos estruturantes da construção dos instrumentos objetivaram identificar o **perfil** dos atores; o **processo** de formação; a **estrutura** e os **resultados**. Os domínios e subdomínios seguem sumariamente apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Sinopse dos domínios e subdomínios dos instrumentos construídos.

DOMÍNIOS	SUBDOMÍNIOS
PERFIL	a. Caracterizar sociodemográfica e econômica dos atores vinculados no PPG-BCS b. Caracterizar a formação e atuação profissional dos atores vinculados no PPG-BCS
PROCESSO	a. O processo de entrada no PPG-BCS (Inserção docente, agente universitário e discente no PPG-BCS) b. A execução das atividades no PPG-BCS (atuação docente e de agentes universitários na formação ofertada pelo PPG-BCS; encaminhamentos pedagógicos, relação professor-aluno, orientador e orientandos, processo de formação ofertado no PPG-BCS) c. O fluxo discente e saída (conclusão) do PPG-BCS (percursos dos mestrandos/doutorandos, dificuldade dos mestrandos/doutorandos no desenvolvimento das atividades no PPG-BCS)
ESTRUTURA	Estrutura física e de pessoal do Programa Subdomínios: a. A estrutura física e pessoal do Programa (Limites e possibilidade da estrutura física do PPG-BCS para o desenvolvimento de suas atividades) b. O quadro e atuação de pessoas (RH) vinculadas ao PPG-BCS (disponibilidade de Recursos Humanos para o encaminhamento das atividades no PPG-BCS) c. Problematizar o aspecto financeiro no encaminhamento das atividades do PPG BCS (fontes de fomentos para incentivo à pesquisa e desenvolvimento das atividades no PPG-BCS);
RESULTADO	Impacto, inserção da formação na pessoa e sociedade Subdomínios: a. Publicações (Problematizar os resultados das pesquisas produzidas no PPG-BCS, espaços de divulgação, dificuldades para publicações dos resultados das pesquisas) b. Relação do PPG BCS com a sociedade (articulação das atividades do PPG-BCS com a educação básica e outros espaços) c. Formação continuada (percursos da formação continuada dos docentes, importância dos investimentos da formação continuada)

Fonte: Elaboração das autoras e do GT de autoavaliação do PPG-BCS e do modelo teórico de Donabedian (1990, 2005).

Cabe destacar que o quadro sinóptico revela a base teórico-metodológica que estruturou a tomada de decisão nas fases seguintes, definição dos participantes do processo e construção dos instrumentos de autoavaliação. Assim sendo, definiu-se pela construção de instrumentos específicos para docentes, agentes universitários, mestrandos/doutorandos e egressos.

A definição por esses atores justifica-se pela razão de todos participarem, de formas específicas e distintas, das atividades desenvolvidas pelo Programa de Pós-graduação. O docente por desempenhar ações pedagógicas, expressas pelo desenvolvimento de disciplinas obrigatórias ou eletivas, pelas atividades de orientação de dissertações e teses, pelo desenvolvimento de pesquisa, pela produção, divulgação e socialização das produções, pelo envolvimento em ações de extensão e articulação com outros níveis de ensino e/ou outras instituições.

O Agente Universitário contribuirá com o processo de autoavaliação, pois desenvolve atividades de acompanhamento dos mestrandos e doutorandos ao longo do processo de formação, organiza os registros acadêmicos, auxilia docentes em suas tarefas didático-pedagógicas, possui maior contato com egressos e

por implementar ações estratégicas, expressas pelo registro, comprovação e validação de documentos necessários à formalização de todas as etapas da formação no programa de pós-graduação.

O ponto de vista dos mestrandos e doutorandos será enriquecedor à autoavaliação, pois vivenciam em *locus* a organização do processo de formação ofertado, seja nas aulas, nas orientações, nas diferentes linhas de pesquisa, nas ações extracurriculares, por meio de projetos de ensino e extensão. Nesse sentido, a avaliação desses atores ganha relevância, pois podem qualificar o autoconhecimento das fortalezas e fragilidades do Programa de pós-graduação.

Os egressos poderão apresentar uma avaliação mais completa do processo de formação, tanto por vivenciarem completamente a formação ofertada, desde a seleção, desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, a produção, conclusão e divulgação de pesquisa, quanto por indicarem a relação da formação em relação à atuação profissional atual.

Na sequência foi realizado a redação das questões dos instrumentos destinados a cada categoria específica, todos os instrumentos abordam os domínios e subdomínios elencados como referência.

Definiu-se pela elaboração de instrumentos estruturados, nos quais os participantes responderão as mesmas questões, na mesma ordem. Dessa forma, os instrumentos produzidos são questionários compostos por questões abertas e fechadas. As questões abertas intencionam que os participantes respondam de forma autônoma, fornecendo outras informações, ou aprofundar pontos de vista, além de “[...] escrever as próprias respostas” (POolit & Beck, 2019, p. 167). As questões abertas formuladas são aquelas ligadas a informações de cunho individual dos participantes, como, formação, avaliação de alguns encaminhamentos didático-pedagógico do Programa, da estrutura física, dentre outras. Já as perguntas fechadas, ou de alternativas fixas, apresentam opções de resposta, alternativas previamente especificadas.

Nos formulários há perguntas do tipo dicotômica, de sim ou não; de múltipla escolha, com a seleção de apenas uma opção de resposta dentre várias possibilidades ou de seleção de mais de uma opção. Também foram construídas perguntas de pontuação/valorização, as quais apresentam escalas, todas na lógica da Escala de Likert, ou seja, com itens que expressam um ponto de vista sobre a questão abordada na pergunta.

Com a finalização de todo o processo descrito, iniciou-se a elaboração final dos instrumentos, buscando manter, de forma equânime, o número de questões para cada domínio nas quatro categorias. Cabe destacar, que algumas questões apresentam um enunciado avaliativo desdobrado em vários itens: A, B, C, D, E e F.

Na construção dos instrumentos, tomou-se o cuidado de que todas as questões/perguntas fossem elaboradas para todos os atores envolvidos, portanto, ao final da elaboração percebeu-se pouca diferença do número de questões entre os instrumentos de cada categoria. Produziu-se, então, um instrumento em formato de questionário para os docentes do PPG-BCS, um instrumento para os agentes universitários, que desenvolvem alguma atividade ligada ao PPG-BCS, um instrumento para Mestrandos/doutorando e um para os egressos.

Destaca-se que a construção dos instrumentos foi uma tarefa importante para qualificar o processo de autoavaliação, mas a validação desses instrumentos potencializará o sucesso da realização de uma avaliação. A validação, processo metodológico importante, deve ser realizado para mensurar a consistência interna e identificar a confiabilidade dos instrumentos.

A validação é um processo amplo que visa não só examinar, de forma rigorosa, os instrumentos produzidos, mas todo o processo de investigação, ou seja, “[...] Valida-se não propriamente o teste, mas a interpretação dos dados decorrentes de um procedimento específico” (Raymundo, 2009, p. 87).

Pode-se considerar um instrumento válido, quando ele consegue avaliar seu objetivo. Podendo assim, ser avaliada por meio dos métodos de validação de conteúdo, validação relacionada a um critério e validação do construto, conforme relata Herminda e Araújo (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da visão positiva do processo de avaliação, concebido e implementado pela Capes ao longo da história da pós-graduação no Brasil, há que ser ter uma postura crítica e reflexiva quanto as possíveis distorções do ideário avaliativo, anunciado teoricamente, como ferramenta para qualificar a expansão e o financiamento de programas de pós-graduação e o que tem sido experienciado como consequência desse processo.

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2019, vive-se uma crise sem precedentes no campo da pós-graduação no Brasil, expressa pelo corte de verbas para o financiamento de pesquisas e de bolsas para pós-graduandos, evidências da precarização do avanço e ampliação da ciência em solo nacional. Tal contexto não pode ser desconsiderado, sobretudo, quando a Capes indica adequações às estratégias

avaliativa, pois historicamente a avaliação de políticas e programas educacionais tem focalizado na produção de determinados resultados, no caso da pós-graduação o foco tem sido em indicadores quantitativos, os quais servem para distinguir os “melhores” programas, os quais, por critérios objetivos, terão maiores chances de receber recursos financeiros para implementar as ações de pesquisa. A Capes tem desempenhado papel de agência indutora de uma lógica de produção e socialização da ciência, ao centralizar a avaliação e a partir de seus resultados fomentar a comparação dos programas, que mesmo sendo da mesma área, possuem diferenças institucionais e regionais que marcam a sua inserção social e seus resultados.

Tem ganhado espaço, no campo da pós-graduação, a tese de que é necessário superar uma avaliação centrada nos resultados quantitativos, expresso no número de publicações e produções e, investir no envolvimento dos atores ligados cotidianamente com as atividades desenvolvidas na pós-graduação brasileira, na ampliação do que seja a produção da pós-graduação, ou seja, buscar evidenciar os elementos intrínsecos, articulados os determinantes externos dos limites e possibilidades da formação ofertada.

A problematização dos resultados evidenciados nos processos de avaliação da pós-graduação exige uma postura, em simultâneo, crítica e propositiva das novas recomendações da Capes e buscar por meio da autoavaliação, além de identificar, explicitar os “nós críticos”, promover uma avaliação tendo como guia um olhar mais qualitativos, das fragilidades e potencialidades da pós-graduação.

Nesse sentido, para a realização da autoavaliação de programa de pós-graduação, de forma contínua e formativa é necessário pautar-se por ações sistemáticas que visem identificar dados objetivos acerca da realidade a qual investiga, para isso deverá amparar-se em procedimentos criteriosos para que as ações sejam apreciadas e decisões sejam tomadas.

Percebeu-se que a construção de instrumentos, no caso específico, para mediar o processo de autoavaliação do PPG-BCS, é uma tarefa complexa e envolve dimensões do campo teórico, humano e técnico. A dimensão teórica revela-se pelo conhecimento do contexto ao qual se pretende avaliar, os fundamentos que guiam dado processo avaliativo e os dados objetivos da realidade na qual os instrumentos serão aplicados, bem como, o entendimento da finalidade da avaliação. A dimensão humana relaciona-se a identificação dos atores centrais que possibilitarão que de fato o processo avaliativo se efetive sob diversas percepções e por fim a dimensão técnica evidencia-se pela escolha da forma que possibilite o levantamento de ideias, concepções e percepções dos atores. Assim, a adoção do rigor teórico-metodológico e procedimentos criteriosos, desde o momento de construção dos instrumentos, poderão oportunizar a investigação, sistematização e análise de dados relevantes da realidade para que sejam apreciadas e decisões sejam tomadas.

A tarefa da construção de instrumentos específicos para buscar informações objetivas e envolver docentes, agentes universitários, mestrandos/doutorandos e egressos é uma necessidade urgente, pois para além das recomendações da Capes, os programas devem organizar um processo de autoavaliação criterioso, no sentido de identificar os limites e possibilidades da formação ofertada, pois, avaliar a repercussão da formação, a inserção dos egressos no mundo do trabalho é mais que mera prestação de contas aos órgãos oficiais, constitui-se em compromisso com a busca de uma formação socialmente comprometida, tecnicamente engajada.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, N. M. C. et al. (2013). A confiabilidade no desenvolvimento e avaliação de instrumentos de medida na área da saúde. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. 15(3), 802-809. <https://doi.org/10.5216/ree.v15i3.20776>
- Alves, M. F. & Oliveira, J. F. (2014). Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 30(2), 351-376. <https://doi.org/10.21573/vol30n22014.53680>
- Baptista, T. W. F. & Rezende, M. (2017). A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In Mattos, R. A.; Baptista, T. W. F. (Org.). *Caminhos para a análise das políticas de Saúde* (pp221-272). Rede Unida.
- Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2004). *Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG: 2005-2010*. Brasília, 2004.
- Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2018). *Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-Graduação*: Documento Final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020.
- Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019a). *Ofício circular nº 2*, de 7 de março de 2019. Aprimoramento dos Instrumentos de avaliação.
- Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019b). *Documento de Área-Área 45: Interdisciplinar*.

- Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019c). *Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação*- Grupo de Trabalho.
- Cano, S. J. & Hobart, J. C. (2011). The problem with health measurement. *Patient Prefer Adherence*, 5(1), 279-290.
- Champagne, F. et al. (2011). Modelizar as intervenções. In Brousselle, A. et al. (org.). *Avaliação: conceitos e métodos* (pp. 61-76). Fiocruz.
- Cohen, E. & Franco, R. (2013). *Avaliação de projetos sociais*. Vozes.
- Coluci, M. Z. O. et al. (2015). Construção de instrumentos de medida na área da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 20(3), 925-936. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.04332013>
- Cruz, M. M. (2015). Avaliação de políticas e programas de saúde: contribuições para o debate. In Matos, R. A.; Baptista, T. W. F. *Caminhos para a análise das políticas de Saúde* (pp. 285-317). Rede Unida.
- D’Innocenzo, M. et al. (2006). O movimento pela qualidade nos serviços de saúde e enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59(1), 84-8. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000100016>
- Donabedian, A. (1990). The seven pillar of quality. *Archives of Pathology and Laboratory Medicine*, 114(11), 1115-1118.
- Donabedin, A. (2005). Evaluating the Quality of Medical Care. *The Milbank Quarterly*, 83(4), 691-729.
- Ivashita, S. B. & Vieira D. R. (2017). A Pós-Graduação no Brasil e o Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG (2011-2020): Rupturas e Permanências. *Debates em Educação*, 9(19), 121-132.
- Herminda, P. M. V. & Araújo, I. E. M. (2006). Elaboração e validação do instrumento de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59(3), 314- 320. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000300012>
- Leite, D. et al. (2020). A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. *Avaliação*, 25(2), 339-353. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200006>
- Leite, D. (2018, 4 de outubro). *A autoavaliação na pós-graduação*. Alternativa, sistemática e componente do processo avaliativo Capes. [Palestra]. 3º Seminário Repensando a avaliação.
- Luckesi, C. C. (2011). *Avaliação da Aprendizagem*: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez.
- Maccari, E. A. et al. (2009). Uso do Sistema de Avaliação da CAPES por programas de pós-graduação em Administração no Brasil. *Revista de Ciências da Administração*, 11, 1-15. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2009v11n25p68>
- Marengo, A. (2015). When Institutions Matter: CAPES and Political Science in Brazil. *Revista de Ciência Política*, 35(1), 33-46. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/141336>
- Marques, F. (2019). Avaliação em 5 dimensões. *Revista da FAPESP*, n. 296, 1-3.
- Martins, G. A. (2006). Sobre confiabilidade e validade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 8(20), 1-12.
- Morés, A. (2017). A universidade e sua função social: os avanços da Ead e suas contribuições nos processos de ensino e aprendizagem. *Revista Reflexão e Ação*, 25(1), 141-159. <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>
- Pasquali, L. (1998). Princípios de elaboração de escalas psicológicas. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25(5), 206-213.
- Patrus, R. et al. (2018). Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação. *Cadernos Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas*, 16(4). <https://doi.org/10.1590/1679-395166526>
- Polit, D. & Beck, C. T. (2019). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem*: métodos, avaliação e utilização. Artmed.
- Raymundo V. P. (2009). Construção e validação de instrumentos: um desafio para a Psicologia. *Letras de Hoje*, 44(3), 86-93. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5768>
- Raleigh, V. S. & Foot, C. (2010). Getting the Measure of Quality: Opportunities and Challenges. *King’s Fund*, 1-36.
- Roach, K. E. (2006). Measurement of health outcomes: reliability, validity and responsiveness. *Journal of Prosthetics and Orthotics*, 18(1), 8-12.
- Salmond, S. S. (2008). Evaluating the reliability and validity of measurement instruments. *Orthop Nurs*, 27(1), 28-30.
- Santos, L. F. P. et al. (2017). As atividades profissionais dos egressos da Pós-Graduação em Odontologia na área de Saúde Coletiva. *Revista da ABENO*, 17(3), 56. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-882810>
- Souza, E. R. et al. (2005). Construção de instrumentos qualitativos e quantitativos. In: Minayo, M. C. S. et al. (orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos* (pp.133-156).
- Terwee, C.B. et al. (2007). Quality criteria were proposed for measurement properties of health status questionnaires. *Journal of Clinical Epidemiology*, 60(1), 34-42. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2006.03.012>
- Vogel, M. J. M. & Kobashi, N. Y. (2015, 26 a 30 de outubro). Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios [Resumos]. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XVI ENANCIB.